



Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº41/2024

Período: 09/11/2024 a 15/11/2024

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Criação de comissão sobre anistia do 8 de janeiro é adiada enquanto partidos não indicam representantes
- 2- Indisciplina nas Forças Armadas: Diretriz é importante, mas punições efetivas são essenciais
- 3- Homem acusado de ser um dos líderes e financiadores dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023 foi detido em Brasília
- 4- Forças Armadas atuam na Amazônia para combater o garimpo ilegal em terras indígenas
- 5- Negociação de venda casada de Gripen e KC-390 avança com a visita do ministro da defesa sueco ao Brasil
- 6- Militar morre após ser atingido por árvore em Batalhão de Polícia do Exército
- 7- Cortes no orçamento de militares pressionam governo federal

1- Criação de comissão sobre anistia do 8 de janeiro é adiada enquanto partidos não indicam representantes

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, mantém há 10 dias na gaveta a promessa de criar uma comissão especial para tratar do projeto de anistia aos condenados pelos ataques contra o Estado democrático de direito de 8 de janeiro de 2023. Em 28/10/2024, Lira retirou a proposta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e anunciou a criação da comissão, mas os partidos ainda não indicaram seus representantes. Segundo a *Folha*, a comissão terá 34 membros titulares e 34 suplentes, e o rito prevê que, quando mais da metade dos integrantes for indicada, Lira convocará a instalação e a eleição de seu presidente. Na avaliação do jornal, o presidente da Câmara pretenderia evitar, com isso, que as negociações sobre sua sucessão sejam afetadas pelo projeto e buscar apoio tanto do Partido dos Trabalhadores (PT), do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, quanto do Partido Liberal (PL), do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, os dois maiores partidos da Câmara. No entanto, enquanto o PL quer que a proposta avance, o PT é contrário e deseja impedir sua votação. Aliados de Lira ouvidos pelo jornal minimizaram a demora na criação da comissão, apontando que ele tem focado em outras questões, como a regulamentação das emendas parlamentares e a organização do P20, encontro de presidentes de Parlametos do G20. Lira teria apoio de Bolsonaro e de uma ala do PT para incluir o projeto em um acordo

sobre sua sucessão. De acordo com o jornal, petistas temem que a comissão avance, mas alguns comemoram a criação do grupo como forma de evitar uma votação iminente na CCJ. Já os bolsonaristas, como a presidente da CCJ, Caroline de Toni (PL-SC), veem a anistia como uma prioridade e acreditam que será aprovada. Deputados de direita aguardam um possível impacto da eleição de Donald Trump nos EUA, mas parlamentares do centrão e da esquerda minimizam essa relação com o andamento do projeto. Hugo Motta, do Partido Republicanos, candidato à sucessão de Lira, afirmou à *Folha* que a comissão começará a trabalhar em breve e que o tema será debatido com serenidade. (Folha de S. Paulo – Política – 09/11/24)

2- Indisciplina nas Forças Armadas: Diretriz é importante, mas punições efetivas são essenciais

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* destacou que o Exército publicou em 01/11/24 uma diretriz para reforçar a ética profissional e a liderança militar, com o objetivo de conter a politização dentro da tropa e manter sua coesão em torno dos objetivos institucionais. O jornal afirmou que, embora a iniciativa seja importante, a necessidade de lembrar normas já estabelecidas, como a disciplina e o respeito à hierarquia, evidencia um problema sério de indisciplina nas Forças Armadas, especialmente após o golpismo durante o governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Neste sentido, a diretriz, que reforça que a disciplina não é opcional, seria positiva, mas não resolve o problema principal da falta de punição para transgressores. A indisciplina de militares, como o caso do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, que participou de ato político-partidário violando normas, foi tratada com leniência, e a ausência de punição efetiva enviou a mensagem de que violar a hierarquia pode ser impune quando interesses políticos estão em jogo. O periódico concluiu que, embora a diretriz seja bem-vinda para combater a politização, apenas a aplicação rigorosa das normas e punições contra os transgressores garantirá a normalidade institucional das Forças Armadas e o respeito aos limites impostos pela Constituição no regime democrático. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 09/11/24)

3- Homem acusado de ser um dos líderes financiadores dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro foi detido em Brasília

O periódico *Correio Braziliense* noticiou que um homem conhecido por chefiar “máfia do Pix” foi detido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Ele foi acusado de estar entre as lideranças do acampamento do Quartel-General do Exército em Brasília, durante os atos terroristas de 8 de janeiro de 2023, arrecadando dinheiro para financiar os recursos necessários para manter o acampamento. Durante a análise da documentação do indivíduo nos sistemas, foi achado um mandado de prisão expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) devido a múltiplos crimes, entre os quais se destaca a abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Ainda de acordo com o jornal, o suspeito também é vinculado a crimes como terrorismo, ameaça, perseguição, dano qualificado, incêndio, descumprimento de ordem das autoridades para conter a disseminação de doenças contagiosas, associação criminosa armada,

destruição de bens especialmente protegidos por legislação, além de pichação ou degradação de espaços públicos. (Correio Braziliense - Política - 10/11/24)

4- Forças Armadas atuam na Amazônia para combater o garimpo ilegal em terras indígenas

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* acompanhou duas unidades da Marinha agindo em áreas fluviais que costumam dar acesso a rotas usadas pelo garimpo ilegal nas terras Yanomami ao longo do mês de junho. As duas missões que levam um navio-patrolha para combate e um navio-hospitalar para prestar serviços médicos à população indígena e ribeirinha são parte da Operação Catrimani II. Com a coordenação do Ministério da Defesa, a operação reuniu as três Forças Armadas de modo integrado, contando também com a colaboração da Casa de Governo de Roraima, vinculada à Casa Civil da Presidência da República. De acordo com o periódico, a reserva Yanomami passa por uma crise sem precedentes. Além da contaminação dos rios e destruição do bioma e da saúde das comunidades, também há grande incidência de conflitos armados. O grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC) e outras facções se uniram aos garimpeiros, impulsionando os crimes ambientais e o narcotráfico, que utiliza os rios como caminho para escoar cocaína. Com previsão de conclusão até o dia 31/12/2024 e com um contingente de 800 militares, a operação no maior território indígena do Brasil em termos de área, onde residem cerca de 30 mil indígenas distribuídos em mais de 370 comunidades, foi nomeada Catrimani em referência a um dos rios mais impactados pela atividade de garimpo. Segundo *O Estado*, a primeira fase, que ocorreu de janeiro a março, possibilitou o envio de mais de 300 toneladas de suprimentos para 236 comunidades indígenas. A segunda fase está em andamento neste mês de novembro e já resultou na destruição de 333 acampamentos de garimpeiros e na apreensão de 76 armas. De acordo com Thiago Delorenzi dos Santos, comandante do navio Raposo Tavares e capitão de corveta, “Um navio de guerra vive em tensão permanente. Não podemos relaxar. Aspiramos pela paz, mas sempre estamos preparados para eventuais conflitos.” Até o dia 10/10/2024, foram contabilizadas 12.732 abordagens feitas pelas Forças Armadas, resultando em 124 detenções, conforme informações do Ministério da Defesa. (*O Estado de S. Paulo - Metrópole* - 10/11/24)

5- Negociação de venda casada de Gripen e KC-390 avança com a visita do ministro da defesa sueco ao Brasil

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que os ministros da Defesa do Brasil e da Suécia assinaram uma carta de intenções que visa promover a venda casada de aeronaves militares. A assinatura do documento foi realizada durante o Cruzex 2024, um treinamento militar que está atualmente ocorrendo na Base Aérea de Natal, estado do Rio Grande do Norte. A proposta é que a Força Aérea Brasileira (FAB) compre caças Saab Gripen, enquanto a Suécia compraria aviões de transporte tático Embraer KC-390. Segundo o jornal, tal negócio já estava há muito tempo em processo de discussão e enfrentava resistência por parte da Força Aérea sueca em não querer substituir o modelo americano atualmente utilizado pelo país europeu. O andamento das negociações se materializou após a FAB anunciar intenção de comprar os caças

F-16, de procedência dos Estados Unidos. Por fim, a *Folha* afirmou que o documento é vantajoso para a Embraer, já que outro país da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se tornaria seu cliente. (Folha de S. Paulo - Política - 11/11/24)

6- Militar morre após ser atingido por árvore em Batalhão de Polícia do Exército
Segundo o periódico *Correio Braziliense*, em 11/10/2024, dois soldados foram atingidos por um tronco de árvore no quartel do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, no Distrito Federal (DF). Um deles ficou ferido e foi levado ao Hospital das Forças Armadas (HFA). Já o segundo soldado, Iury Araújo Azevedo, de 19 anos, morreu no local. O militar ingressou no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília em março de 2024. Em nota, o Comando Militar do Planalto (CMP) lamentou a morte do soldado. Em outro incidente, ocorrido em 15/10/2024, uma árvore caiu sobre dois veículos estacionados em frente à Escola Classe 403 Norte. De acordo com o Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal (CBMDF), ninguém se feriu. (Correio Braziliense - Cidades - 12/11/24)

7- Cortes no orçamento de militares pressionam governo federal

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* afirmou que é necessário cortar mais gastos do orçamento dos militares, vistos como exorbitantes. O texto discutiu que, durante o governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, a Reforma da Previdência de 2019 não impactou os militares. Assim, o jornal ainda ressaltou que o peso desses gastos, quase 17 vezes superior ao do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), evidenciaram a necessidade de ajustes para conter a dívida pública. Paralelamente, reportagem do periódico *Correio Braziliense* destacou que o governo enfrentou resistência dos militares, que argumentam ter perdido benefícios ao longo dos anos e defendem a manutenção de vantagens, como a pensão para filhas solteiras. O general da reserva, ex-vice presidente da República e senador Hamilton Mourão criticou o governo nas redes sociais, enquanto especialistas defendem que a austeridade não deve poupar nenhuma área, incluindo a Defesa. Ademais, segundo uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) banca seus custos em 65% através de arrecadação própria. Em contrapartida, os militares somente contribuem com 15,47% da despesa de sua previdência, de acordo com dados do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa maneira, o governo teria a responsabilidade de suprir esse “buraco” com impostos federais que poderiam ser destinados para outras áreas. (Correio Braziliense - Mercado-13/11/24; Folha de S. Paulo – Editorial – 13/11/24; O Estado de São Paulo - Economia & Negócios - 14/11/24)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão

online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Maria Luiza de Barros Costacurta

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Equipe redação UFRRJ

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva